DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 1228/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/3643/2018
PROTOCOLO	: 1896376
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
RESPONSÁVEL	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
BENEFICIÁRIO	: EDUARDO CAVALCANTI DA ROCHA MACIEL
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS – PROVENTOS INTEGRAIS – REGISTRO.

Trata-se do processo da concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por Tempo de Contribuição, pela **Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul**, ao servidor ***Sr. Eduardo Cavalcanti da Rocha Maciel***, matrícula nº 53408022 ocupante do cargo de Agente de Policia Judiciária/ Investigador de Policia Judiciária- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública/ Campo Grande/MS.

Consta da Certidão de Tempo de Contribuição a comprovação do cômputo de proventos integrais conforme preceitos legais e constitucionais, fls.37/38, abaixo demonstrado:

QUANTIDADE DE ANOS	QUANTIDADE DE DIAS
30 (trinta) anos, e 06 (seis) dias.	10.956 (dez mil e novecentos e cinquenta e seis) dias.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe de Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdênca, por meio da sua Análise ANA - DFAPP - 981/2020, fls.47/48, e o ilustre representante Ministerial, por meio do seu Parecer PAR - 4ª PRC - 1303/2020, fl.49, se manifestaram opinando pelo **REGISTRO** da presente aposentadoria.

Considerando o regular processamento dos autos, em observância ao comando inserto no artigo 112, inciso III, do RITCE/MS, **declaro** encerrada a instrução processual.

É O RELATÓRIO, PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Examinado os autos, constato que a APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por Tempo de Contribuição da Sra. Eduardo Cavalcanti da Rocha Maciel encontra-se formalizada conforme os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

O direito que ampara a Aposentadoria com fulcro no art.41, § 1 º, art. 78, da Lei n. 3. 150, de 22 de dezembro de 2005, combinado com art. 147, § 1º, da Lei Complementar n. 114, de 09 de dezembro de 2005, *c/c* o Inciso II, letra “a”, do art. 1º, da Lei Complementar Federal n. 51, de 20 de dezembro de 1985 com redação dada pela Lei Complementar n. 144, de 15 de maio de 2014, e foi deferido por meio da Portaria “P” AGEPREV n.128, de 18 de Janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 9.578, de 22 de janeiro de 2018, fl.44.

Noto que o prazo estabelecido na Resolução Normativa n.º 54/2016 foi devidamente cumprido pelo Responsável, conforme quadro abaixo:

Especificação	**Data**
Publicação	22/01/2018
Prazo de Remessa	19/03/2018
Remessa	02/03/2018

Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 11, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS nº 98/2018, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da DFAPP e do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pelo **REGISTRO** da concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por Tempo de contribuição do servidor **Sr. *EDUARDO CAVALCANTI DA ROCHA MACIEL***, ocupante do cargo de **Agente de Policia Judiciária/ Investigador de Policia Judiciária**, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com fulcro no artigo 34, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c/c artigo 11, inciso I do Regimento Interno desta Corte de Contas nº 98/2018;

II – Pela comunicação do resultado desta Decisão aos interessados, em obediência ao artigo nº 50 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 07 de fevereiro de 2020.

Cons. MARCIO MONTEIRO
Relator

Polly.